

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, janeiro de 2017, número 109. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil.

ARTIGO DO MÊS

Análise dos efeitos do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre o território da agricultura camponesa na Paraíba.

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)

La Paz – Bolívia, 26 al 29 de abril de 2017.

Latin American Studies Association (LASA) – 2017

Diálogos de Saberes

Lima – Peru, April 29 – May 1, 2017.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil 2015.

Org.: Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

O Relatório evidencia permanência do quadro de omissão dos poderes públicos em relação aos direitos dos povos indígenas, reconhecidos e garantidos pela Constituição Federal. Acesso na íntegra:

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8925>



¡Juntos podemos enfriar el planeta!

Produccion general: Grain y La Via Campesina.

Nuevo video aporta los elementos necesarios para comprender como está impactando este sistema agroindustrial de alimentos en nuestro clima y al mismo tiempo nos cuenta como podemos actuar para cambiar el rumbo y comenzar a enfriar el planeta. Para ver: https://www.youtube.com/watch?v=5m1_WaYG6Ws.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

A QUESTÃO AGRÁRIA NA SEGUNDA FASE NEOLIBERAL NO BRASIL

Bernardo Maçano Fernandes - UNESP
Estevan Leopoldo de Freitas Coca - UEL
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha - UFTM
João Cleps Júnior - UFU
José Carlos Dantas – UFPB
José Sobreiro Filho – UFPA
bmf@fct.unesp.br

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma análise do Relatório DATALUTA Brasil 2016, apresentado na Décima Reunião Anual da REDE DATALUTA, nos dias 5 a 9 de dezembro, no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Este relatório contém dados das últimas três décadas e o último ano de sistematização é 2015. Em 2017, a equipe de pesquisadores sistematizará os dados de 2016. A REDE DATALUTA é composta por onze grupos de pesquisa, com mais de sessenta pesquisadores de todas as regiões do País, formando um coletivo de pensamento que se dedica aos estudos da geografia agrária, levantando e sistematizando dados cotidianamente para que possamos acompanhar as mudanças da conjuntura da questão agrária.

Em 2016 aconteceu o golpe que destituiu o governo da presidente Dilma Rousseff, inaugurando a segunda fase neoliberal no Brasil. Este golpe mudou a conjuntura da questão agrária pelas medidas adotadas pelo governo golpista de Michel Temer que apresentamos no contexto das diferenças e semelhanças das políticas agrárias dos governos neoliberais e pós-neoliberais. Ambos têm privilegiado as políticas voltadas ao binômio latifúndio – agronegócio e provendo minimamente as reivindicações do campesinato. Neste contexto, há uma diferença significativa dos governos pós-neoliberais com relação às políticas públicas voltadas ao campesinato. Com o golpe iniciou uma nova fase de vantagens ao agronegócio em detrimento do campesinato.

Nesta análise da mudança da conjuntura da questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil utilizamos os dados sistematizados das seis categorias do relatório DATALUTA 2016, a saber: ocupações, movimentos socioterritoriais, manifestações, assentamentos, estrutura fundiária e estrangeirização da terra. Discutimos as mudanças em cada uma dessas categorias durante os governos neoliberais e pós-neoliberal comparando as ações dos movimentos socioterritoriais e dos governos e concluímos com uma análise das políticas públicas.

MUDANÇAS DA CONJUNTURA DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PRIMEIRA FASE NEOLIBERAL E PÓS-NEOLIBERAL

Para uma leitura rigorosa das mudanças da conjuntura agrária nas fases neoliberal e pós-neoliberal é fundamental considerar as disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento entre agronegócio e campesinato. Ignorar estas disputas significa desconhecer a questão agrária. Esta tem sido a atitude dos estudiosos vinculados ao paradigma do capitalismo agrário. Tanto pela falta de trabalho de campo, quanto pelo desconhecimento da questão agrária, seus textos não contribuem para pensar o Brasil agrário, servem apenas como panfletos ideológicos para defender o modelo hegemônico do agronegócio. Eles ignoram o

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

processo de criação de um modelo alternativo pelo campesinato baseado na agroecologia e na soberania alimentar. Estes dois modelos disputam territórios no Brasil agrário. E para compreendê-los de fato, analisamos as perspectivas do campesinato e agronegócio nos governos neoliberais e pós-neoliberais por meio do debate paradigmático.

A fase pós-neoliberal (governos Lula e Dilma - 2003-2016) foi uma fase de transição do liberalismo ou um intervalo entre duas fases neoliberais, sendo a primeira fase com os governos Sarney (1985-1990), (Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a segunda fase com o governo golpista de Michel Temer, que começou no segundo semestre de 2016. Comparando as políticas agrárias destas fases podemos evidenciar suas diferenças e semelhanças e compreender as formas de resistências e as proposições do campesinato e do agronegócio, geradoras de uma conflitualidade permanente, que os estudiosos do capitalismo agrário não conseguem entender.

Estrutura fundiária

Podemos afirmar que as políticas agrárias dos governos neoliberais e pós-neoliberal garantem o controle territorial pelo binômio latifúndio – agronegócio e as políticas de desenvolvimento da agricultura, especialmente nos investimentos na produção e em tecnologias que são majoritariamente voltados para o modelo hegemônico. Começamos comparando o controle territorial para comprovar a tendência da concentração fundiária nas fases neoliberal e pós-neoliberal. Observe na tabela 1 as mudanças na estrutura fundiária desde a primeira fase neoliberal (governo Fernando Henrique Cardoso) até o fim da fase pós-neoliberal (governo Dilma Rousseff). Em primeiro lugar, observe que nas duas fases a área total das propriedades cresceu 78%, sendo que a área das propriedades com mais de 100 mil hectares cresceu 372%. Esse crescimento aconteceu principalmente na fase pós-neoliberal em que a área total das propriedades rurais passou de 49% para 87% da área total do país, em 2014, o que representaria o fim da fronteira agrícola. Esse aumento ainda será analisado comparando dados declaratórios com georeferenciamento quando mudarem as correlações de forças, por enquanto, o binômio latifúndio – agronegócio, estabelecido no congresso nacional por meio de um *lobby* ruralista, mantém impedimentos ao acesso às informações, para a manutenção do controle territorial que garante o poder. Esta é a “caixa preta” da questão agrária.

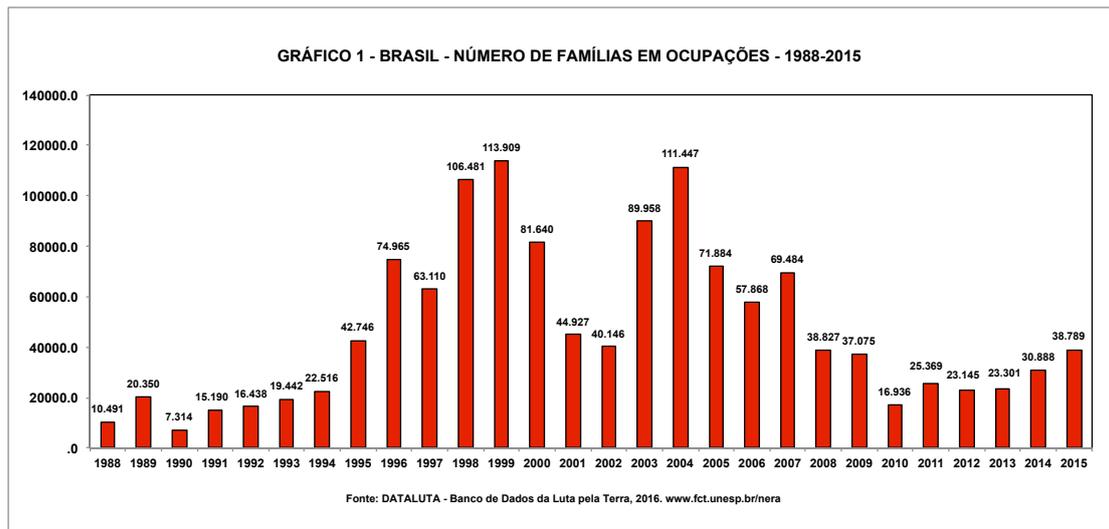
Neste período, a área das propriedades de até 100 hectares (predominantemente camponesas) cresceu 65% enquanto a área das propriedades de mais de 100 hectares cresceu 81%. A territorialização camponesa segue em ritmo menor que a territorialização do agronegócio sobre os latifúndios e terras públicas por causa da grilagem e do processo de estrangeirização de terras com a intensificação da aquisição e arrendamento de terras pelo capital internacional. O índice de Gini aumentou mantendo a intensificação da concentração fundiária. Estes dados corroboram que os governos neoliberais e pós-neoliberais, em alianças políticas com o binômio latifúndio – agronegócio, fortalecem o modelo hegemônico de desenvolvimento agroextrativista mantendo o Brasil em uma posição subalterna na divisão da produção de commodities em escala mundial.

TABELA 1 - BRASIL - MUDANÇAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSE DE ÁREA 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 E 2014								
Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011	
	Nº de Imóveis	Área (ha)						
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI	0,838		0,816		0,838		0,839	
Classes de Área (ha)	2012		2014					
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)				
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73	6.140.118	740.401.645,78				
Menos de 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10				
1 a menos de 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37				
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40				
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32				
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47				
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70				
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05				
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51				
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53				
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31				
2.000 a menos de 5.000	31.865	93.781.039,50	36.639	108.793.966,83				
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66				
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74				
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04				
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49				
100.000 e mais	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26				
ÍNDICE DE GINI	0,833		0,860					

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016. www.fct.unesp.br/nera

Ocupações

As únicas forças que se contrapõem ao modelo hegemônico são os movimentos camponeses e os movimentos indígenas que lutam permanentemente pela terra e disputam território na construção de um modelo alternativo. As ocupações de terras, a resistência na terra e as retomadas de terras e territórios são exemplos de resistência e enfrentamento com o binômio latifúndio – agronegócio. No gráfico 1 observamos duas ondas de aumento e diminuição das ocupações de terra, uma onda na primeira fase neoliberal e outra na fase pós-neoliberal. Estas duas ondas explicitam as diferenças das políticas neoliberais e pós-neoliberais para tratar a questão agrária. A primeira onda aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quando a crise econômica e a organização dos movimentos camponeses resultou no crescimento da luta pela terra. Observe que as lutas cresceram entre 1995 e 2000, quando o governo Fernando Henrique Cardoso afirmava que faria a reforma agrária no Brasil, o que significava nada mais do que assentar as famílias acampadas. Não havia um projeto de reforma agrária com o objetivo de desconcentrar a estrutura fundiária. Ao contrário, a reforma agrária era apenas uma política social e não uma política estratégica para o desenvolvimento da agricultura.

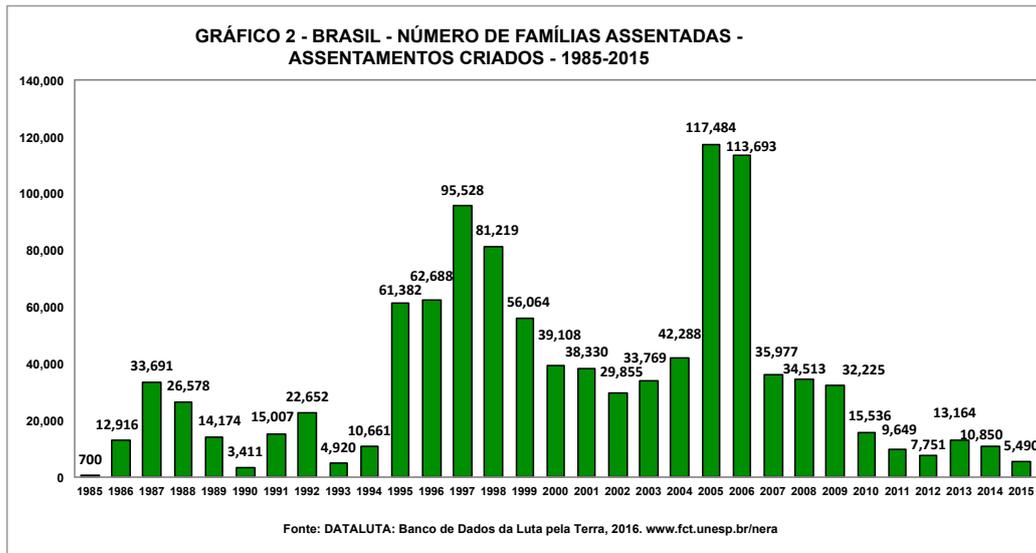


Seguindo a lógica do ocupar para assentar, aumentou o número de famílias em ocupações enquanto o governo aumentava o número de famílias assentadas. Todavia, o aumento das ocupações de terras pressionou o governo que desistiu de fazer a reforma agrária e criou a medida provisória número 2.109-49, de 23 de fevereiro de 2001, para criminalizar as ocupações de terra. Este ato teve impacto imediato na diminuição das ocupações que se seguiu até o fim da primeira fase neoliberal. A segunda onda começou com a fase pós-neoliberal, em 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro trabalhador eleito presidente da República. Lula havia prometido fazer a reforma agrária, mas já na elaboração do plano estava claro que a reforma agrária de Lula não seria muito diferente da reforma agrária de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, não desconcentraria a estrutura fundiária. Lula não utilizou a medida provisória de criminalização da luta pela terra, mas também não a suprimiu. Lula também tratou a reforma agrária como uma política social, uma forma de ajudar os sem-terra, como mais uma política de distribuição de riqueza. Depois de dois anos de crescimento do número de famílias em ocupações, voltou a diminuir até o fim do governo Dilma e apresentar tendência de uma nova onda, resultado da crise econômica, do golpe político e do início da segunda fase neoliberal.

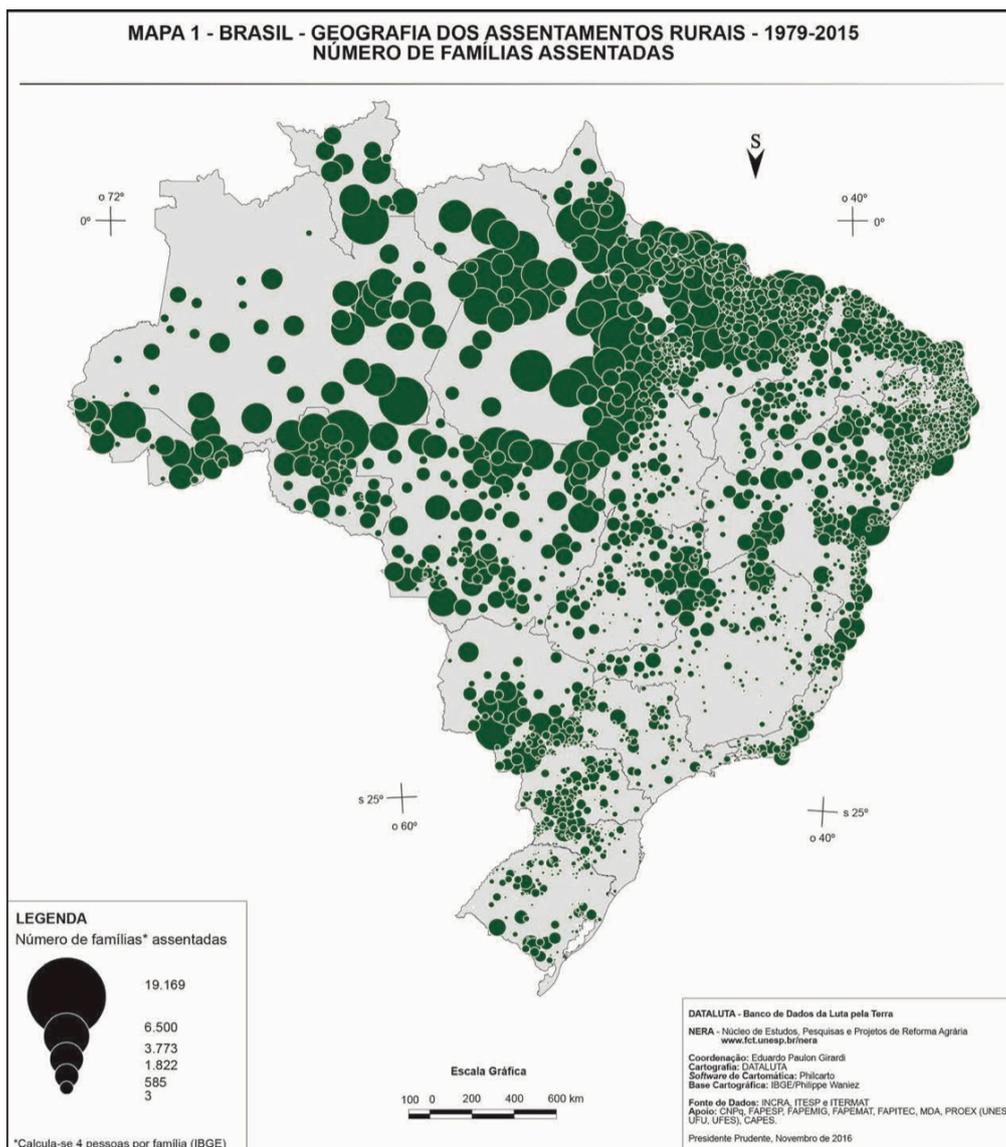
O crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda das duas gestões do governo Lula e da primeira gestão do governo Dilma melhoraram a qualidade de vida da população pobre e diminuíram o número de famílias em ocupações terras. Neste ponto é necessário explicar o que é reforma agrária para o neoliberalismo e ao pós-neoliberalismo. Para o neoliberalismo é uma política compensatória, que tem o objetivo de compensar os camponeses pela concentração de riqueza, em que o capital faz uma pequena concessão territorial como condição de subordinar os camponeses ao modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura. Para o pós-neoliberalismo é uma política de distribuição de terras para a produção da renda familiar por meio de um conjunto de políticas públicas voltadas ao mercado institucional, ao mercado capitalista e ao fortalecimento da agroindústria familiar, entre outras.

Assentamentos

Nem os governos neoliberais e tampouco os governos pós-neoliberais veem a reforma agrária como uma política estratégica para um modelo de desenvolvimento alternativo. A reforma agrária é uma iniciativa das lutas camponesas que por meio da luta pela terra se espacializam e se territorializam criando conflitualidades como o modelo de desenvolvimento hegemônico. O gráfico 2 também mostra as duas ondas de crescimento da luta em que mais de um milhão de famílias conquistaram terra e território, em um processo de criação do campesinato por sua própria luta ampliando a participação da agricultura camponesa e familiar, condição estratégica para a produção agroecológica, fornecendo alimentos saudáveis para uma sociedade cada vez mais urbanizada.



As lutas pela terra e pela reforma agrária são lutas por territórios materiais e imateriais. Territórios materiais são as frações do território nacional que somam mais de um milhão e cento e vinte mil unidades familiares que ocupam uma área de mais de oitenta e dois milhões de hectares como demonstrado no Mapa 1. Territórios imateriais são políticas públicas emancipatórias ou de subordinação. As lutas camponesas geram e são geradas em novos espaços, criando territórios materiais e imateriais, num contínuo e inseparável processo de espacialização e territorialização. São sujeitos criando espaços que criam sujeitos que criam territórios materiais e imateriais e são criados pelos territórios. Nesta perspectiva, o território não é plano - unidimensional, não é somente uma superfície, uma área, como aparece na maior parte dos textos de sociologia, economia, história e até mesmo de geografia. O território é multidimensional, abrangente é terra e gente, coisa e objeto, material e imaterial, tudo e todos, espaço e tempo, território é uma totalidade, uma realidade.



Movimentos socioterritoriais

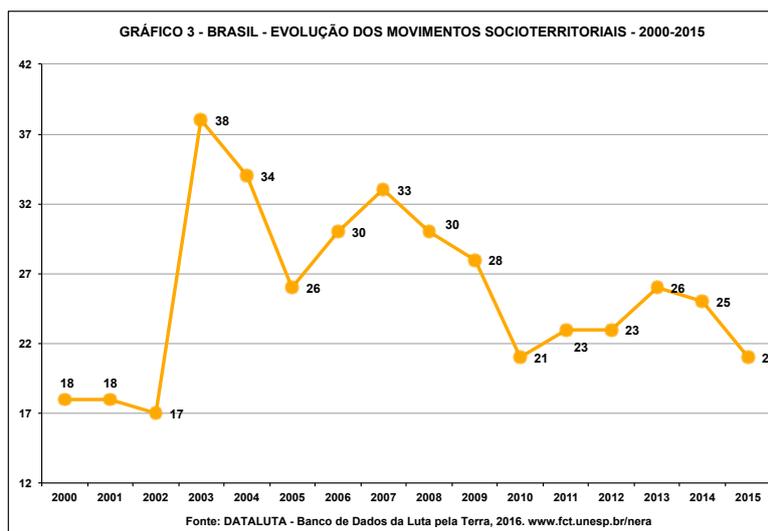
Os movimentos socioterritoriais representam não somente a multiplicidade de pautas, as problemáticas e complexidade da questão agrária, mas também a diversidade de territorialidades, as distintas posturas político-ideológicas e, dentre outros aspectos, os projetos de produção do território por meio da correlação de forças e representação de posicionalidades socioespaciais. Sua(s) existência(s) bem como o surgimento de novas organizações significa(m) não somente a resistência de um problema agrário, mas também a importância de transformação articulada na e da pluralidade dos espaços e a necessidade de uma nova forma de produção do espaço contra-hegemônico e humanizado. Diferentemente dos partidos políticos, do capital e outras formas de instituições/agentes que promoveram/direcionaram a produção do

espaço, os movimentos socioterritoriais emergem como sujeitos protagonistas díspares, despontando na construção de uma forma alternativa de organização e produção do território .

A conjuntura criada pelo golpe de 2016 apoiado e legitimado por parcela da sociedade civil, apresenta-se para os movimentos socioterritoriais de maneira adversa, pois caracteriza-se enquanto um evento hostil antidemocrático que compreende a histórica agenda repressiva das classes dominantes, cujo desdobramento apresenta potencial para se verter em uma maior redução da diversidade das organizações que lutam pela reforma agrária e promovem a resistência no campo. Pelos processos repressivos já experimentados no Brasil, o acirramento da questão agrária poderá se verter em 2016 e 2017 na intensificação da luta popular no campo, na insurreição de novas organizações e no resgate de velhas e constantes pautas de luta em espaços alhures, em relação a 2015, e levadas adiante por novos movimentos ou pela espacialização ou re-espacialização e territorialização dos já estabelecidos.

Em termos gerais, temos um processo de redução do número de movimentos camponeses nos últimos 13 anos com queda de 38 para 21 movimentos socioterritoriais desde 2003 até o ano de 2015 (Gráfico 3), sendo que apenas 7 destes realizaram ocupações de terras em mais de uma UF: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (3); FNL – Frente Nacional de Lutas (2); Movimentos Indígenas (8); MST (17); OI (8); e Quilombolas (2). Objetivamente, a diversidade de movimentos em 2003 estivera atrelada ao contexto de transição política do Governo FHC para o Governo Lula, sendo que a diversidade se justificava tanto por conta das dissensões nos movimentos camponeses socioterritoriais quanto também por conta da ampla oportunidade política lastreada na expectativa de realização de um governo popular e, portanto, plural. O não cumprimento das promessas de campanha dos governos Lula e Dilma também se verteu no declínio do número de movimentos socioterritoriais do campo, configurando atualmente um momento de redução da diversidade de organizações em 2015.

Na atualidade, tal circunstância denota uma conjuntura de baixa articulação para além das UF's e uma redução também dos movimentos socioterritoriais novos e efêmeros, fato que tende a se acirrar com a maior repressão promovida pelo Golpe Político de 2016, ou seja, possibilitando assim tanto um maior processo de desmobilização quanto de desarticulação e complicando ou até impedindo o surgimento, crescimento e desenvolvimento de ações e organizações a nível interestadual e/ou nacional pelos movimentos socioterritoriais novos e/ou em desenvolvimento, possibilitando maior destaque para os movimentos já estabelecidos e com maior experiência histórica. No entanto, esta realidade também emerge a necessidade de retomada, articulação em redes campo-cidade-florestas e re-espacialização da luta popular dos movimentos socioterritoriais camponeses nos espaços opacos de luta. Em outras palavras, este processo pode significar tanto uma maior redução da pauta política no campo, sobretudo referente à reforma agrária, e redução da diversidade de territorialidades organizadas em forma de Movimentos Socioterritoriais quanto também a necessidade de movimentos socioterritoriais novos e já estabelecidos e parcialmente territorializados de retornarem à condição de intensificação da luta em espaços históricos de concentração e de expansão do agronegócio no campo.



Outro fato importante a ser destacado é a concentração da diversidade de movimentos socioterritoriais em algumas UF's bem como a escassez em outras, tal como podemos ver: Minas Gerais (6); Goiás e Paraná (5); Maranhão e Rio Grande do Sul (4); São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo (3); Pará, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e Espírito Santo (2); Acre, Amazonas, Roraima, Ceará, Pernambuco e Santa Catarina (1); Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Rio de Janeiro sem registros. Destaca-se que as UF's com maior diversidade estão na região Centro-sul, onde o capital já está historicamente consolidado, e as menores ou ausentes de ações, majoritariamente, nas regiões Norte e Nordeste onde o agronegócio avança expressivamente em período mais recente.

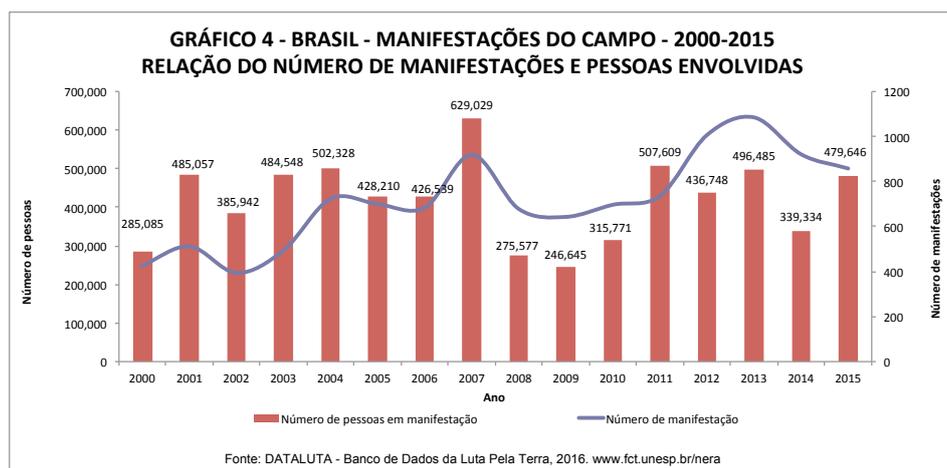
É inegável que o MST, mesmo com um conjunto de dissensões, ainda é o movimento socioterritorial com maior expressão de ações realizadas no campo. No entanto, mesmo que o movimento já tenha realizado ações em 24 UF's entre o período de 2000-2014, em 2015 foram realizadas apenas em 17 UF's, ou seja, deixando de realizar ações em 7 UF's, sendo 4 delas na região Nordeste (Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), duas na região Norte (Rondônia e Roraima) e uma no Sudeste (Rio de Janeiro). Ainda no tocante a esta conjuntura é imprescindível destacar o crescimento expressivo dos Movimentos Socioterritoriais Indígenas, sobretudo no estado do Mato Grosso do Sul, por conta do aumento da repressão promovida pela oligarquia rural. Ao todo foram realizadas 31 ocupações indígenas – majoritariamente referentes à pauta de demarcação de terras indígenas - com participação de um total de 1.227 famílias, sendo que somente o estado do Mato Grosso do Sul concentrou 21 ocupações (67,74%) com o total de 794 famílias (64,71%). Tais dados destacam o estado do Mato Grosso do Sul como um dos espaços mais conflituosos no tocante à territorialidade indígena e violência explícita sofrida e, cuja, situação diante do fortalecimento dos latifundiários aos auspícios do Golpe político de 2016, poderá se verter em um espaço de violações ainda maior.

Tal processo associado à circunstância de golpe de 2016 poderá significar um retrocesso ainda maior no sentido de fazer com que os movimentos tenham que lutar para retomar pautas perdidas ou em “vias de perder-se” (democracia, reforma agrária, direitos, políticas públicas etc.) em detrimento de uma luta

por pautas novas e/ou atuais. Em outras palavras desponta-se, à priori, um horizonte que destaca a necessidade de resistência na luta de um modo ainda mais acirrado em detrimento do objetivo de avançar nas pautas existentes e na proposição de novas, contudo sabe-se da imprescindibilidade de desenvolver ambas estratégias associadas ao avanço dos processos de re-especialização da luta e desenvolvimento da articulação dos movimentos em redes campo-cidade-florestas de solidariedade a nível nacional. O golpe de 2016 apresenta para os movimento a imprescindibilidade de pensar em retomar alguns movimentos, movimentar-se em alguns espaços já conhecidos e criar novos movimentos.

Manifestações¹

As manifestações do campo, chamam atenção desta problemática para os centros urbanos, reivindicando uma série de demandas necessárias e imprescindíveis voltadas ao desenvolvimento territorial camponês. Todas as manifestações registradas pelo DATALUTA em 2015 possuem estreita relação com a questão agrária. No ano foram registradas 858 manifestações no campo brasileiro, envolvendo um total de 479.646 pessoas. Mesmo com um número pouco inferior de manifestações em relação a 2014 (922), o ano de 2015 registrou um representativo crescimento no número de participantes, com um aumento de 140.312 pessoas no comparativo entre os dois anos (Gráfico 4).



Em 2015, as unidades federativas com maior registro de manifestações foram: 1º DF (70); 2º MG (64); 3º PR e MT (62); 4º PA e MS (55); 5º SP e PB (54) e 6º BA (49). A maior parte dessas manifestações estava relacionada à reforma agrária. No Distrito Federal, das 70 manifestações, 26 referem-se à questão indígena que reivindicaram a demarcação de terras e 19 à reforma agrária. Em Minas Gerais, das 64 ações, 26 foram bloqueios de rodovias e estavam relacionadas à reforma agrária. No Paraná, das 62 ações, 45 manifestações estavam ligadas à reforma agrária, predominando as ocupações de praças de pedágios, com 24 ações. No Mato Grosso, das 62 ações, 17 estavam relacionadas à reforma agrária e 15 procuravam cumprimento de acordos. Dentre as estratégias, destacam-se os tipos de bloqueio de rodovia (29) e concentração em espaço público (12). Em Mato Grosso do Sul, das 55 ações, 25 estavam foram pela

¹ Agradecemos a contribuição do professor Cliff Andrew Welch nesta parte do texto. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

reforma agrária e 10 pela demarcação e terras indígenas, predominando bloqueios de rodovia como forma de protesto. Em São Paulo, das 54 ações, 28 manifestações também foram relacionadas à reforma agrária, dos quais 17 eram ocupações de prédios públicos. Na Paraíba, das 54 ações, 36 foram pela reforma agrária, predominando como estratégia de luta os bloqueios de rodovias. Na Bahia, as ações são diversificadas em termos de reivindicação, com relativo destaque para o problema das barragens por meio da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB. As marchas e caminhadas também reivindicaram a reforma agrária. Em todo país, no ano de 2015, ocorreram 62 marchas ou caminhadas, sendo a metade ligadas principalmente, à reforma agrária.

O bloqueio de rodovia foi caracterizado como a forma mais comum das manifestações em 2015, representando mais de 1/3 (270) no campo e nas cidades, também com o bloqueio de ferrovias e avenidas. O segundo tipo se refere a ocupação de prédio público, atingindo a marca de 197 ações. A questão da terra predomina nas manifestações, apresentando 552 registros, seguida pela questão indígena (151) e água (105). Estes três tipos de manifestações representaram 808 atos ou 94%. As manifestações agregam uma grande e variada gama de formas e tipos, com destaque para a reforma agrária, principal reivindicação popular dos povos do campo e das florestas. É importante destacar que várias manifestações não têm registro completo, o que faz com que o número de participantes seja menor do que o real. Só no ano de 2015, foram computadas 283 registros dessa natureza.

As romarias e marchas são os tipos de manifestações que mais agregaram participantes. A Marcha das Margaridas, em Brasília, reuniu cerca de 70 mil pessoas no mês de agosto. A 12ª Romaria da Terra e das Águas organizada pela CPT em outubro, no Maranhão, agregou por volta de 30 mil pessoas. O ato público organizado pela ASA, Contag, MPA e MST ocorrido em Juazeiro denominado Semiárido Vivo: Nenhum Direito a Menos, reuniu 15 mil pessoas na Bahia. Juntas, só essas 3 manifestações somam 115 mil pessoas, o que representa pouco mais de 24% de todas as manifestações registradas em 2015.

O golpe acometido contra Dilma Rousseff e a presente conjuntura das manifestações mostram a tendência do aumento da pressão popular dos movimentos socioterritoriais no governo Dilma depois de sua reeleição. É evidente que, apesar da legenda petista, o governo Dilma foi um dos piores em termos do estabelecimento de assentamentos desde a promulgação da Constituição de 1988, instrumento jurídico que imbuíu o governo federal como o responsável pelo avanço da política de reforma agrária. As manifestações chamaram a atenção do governo e do público em geral para as contradições do governo. Seus dois mandatos basearam-se em promessas e expectativas. O crescimento da pressão pela realização da reforma agrária, pela demarcação de terras indígenas e contra as barragens hidroelétricas, também aumentaram a pressão da oligarquia rural e dos seus aliados para minar o governo através de ações da bancada ruralista junto ao Congresso Nacional. O cenário para o ano de 2016, além das manifestações relacionadas aos problemas políticos do País, também emergiram os gritos daqueles que pereceram ou tiveram suas vidas afetadas em função da lama que destruiu a bacia do Rio Doce, em Minas e Espírito Santo.

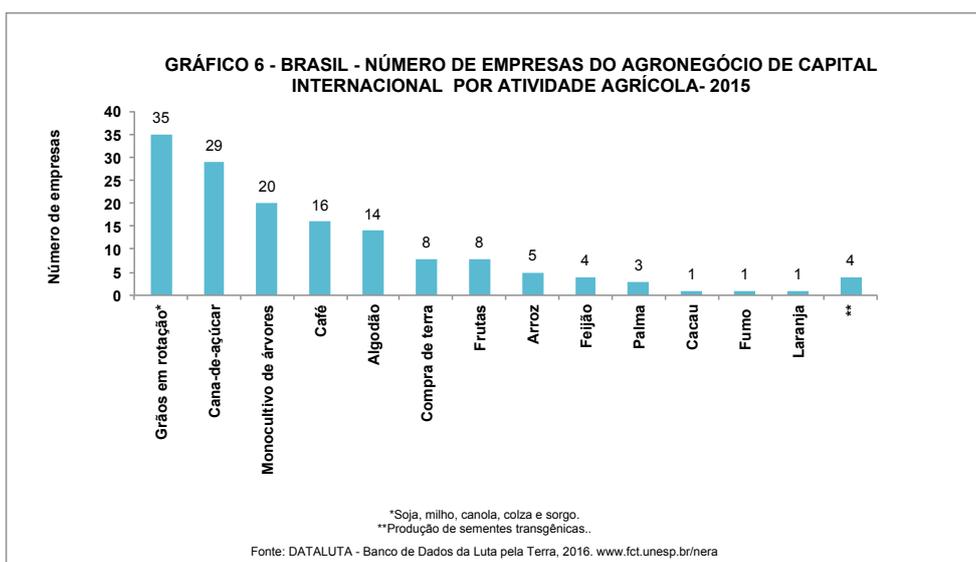
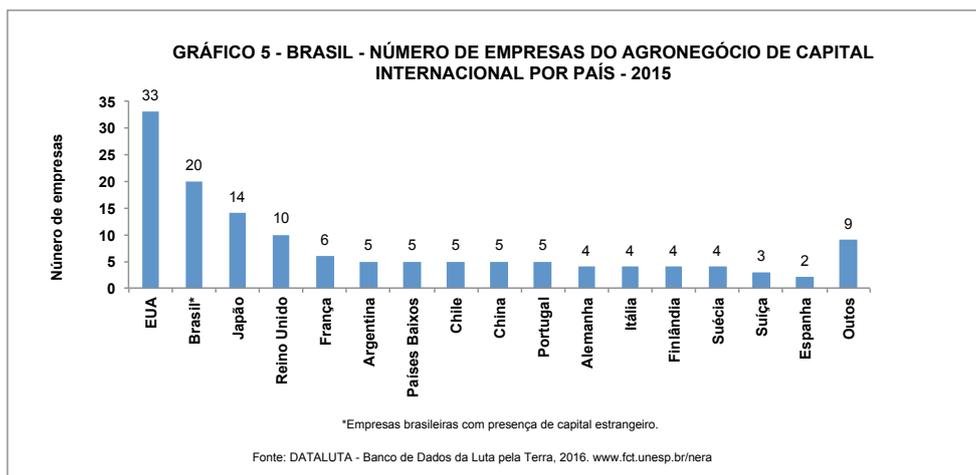
As manifestações no campo são de importância fundamental na análise da conjuntura política atual e evidenciam parte da complexa trama que envolve a questão agrária brasileira, regimentada historicamente por lutas e resistências. Com a derrubada da presidente eleita democraticamente, a

perspectiva é que a mobilização popular se intensifique e, conseqüentemente, as manifestações no campo aumentem. Por outro lado, o horizonte é sombrio para diversos segmentos da sociedade brasileira, o que também pode vir a frear a pressão social diante do tratamento que o atual governo vem atribuindo às manifestações populares. Em poucos meses, o governo golpista já contabiliza inúmeros retrocessos - a extinção do MDA, a reforma previdenciária e as mudanças na aposentaria rural, o novo decreto que prevê alterar as regras para a demarcação de terras indígenas e a liberação da compra de terras para estrangeiros.

Estrangeirização da terra

O Relatório DATALUTA Brasil mostra que o processo de estrangeirização de terras no Brasil tem pelo menos capitais de vinte e três países, sendo quatro das américas (Canadá, Estados Unidos, Chile e Argentina) treze da Europa (Alemanha, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça) quatro da Ásia (China, Índia, Japão e Singapura) um do Oriente Médio (Israel) e um da África (Nigéria). Há diversas formas de relações desses capitais com o capital brasileiro para que possam explorar as possibilidades do binômio latifúndio-agronegócio. São relações que possibilitam investimentos, compra e arrendamento, parcerias, logística, tecnologia etc.

O gráfico 5 mostra os Estados Unidos com maior número de empresas do agronegócio atuando no Brasil. Continua sendo o país que mais tem investido, seguido do Japão, Reino Unido, França, Argentina, Países Baixos, Chile, China, Portugal, Alemanha, Itália, Finlândia, Suécia, Suécia, Suíça e Espanha. As empresas brasileiras associadas ao capital estrangeiro ocupam o segundo lugar no *ranking*. A associação ao capital nacional possibilita a expansão do capital internacional, porque esta relação permite tanto o uso das estruturas existentes como a criação de novas estruturas, logística, produção, aquisição, aluguel etc. O gráfico 6 mostra que os principais investimentos são nas *commodities*: soja, milho, canola, colza, sorgo, cana de açúcar e monocultura de árvores. Além da produção de *commodities* de caráter agroextrativista, a terra e a produção de sementes transgênicas estão entre os principais investimentos, reforçando o caráter de modernização da *plantation* na “república de *commodities*” para a territorialização do agronegócio. No Brasil, na primeira fase do neoliberalismo, uma nova região foi criada para incrementar os investimentos do agronegócio, que recebeu amplo apoio dos governos pós-neoliberais.

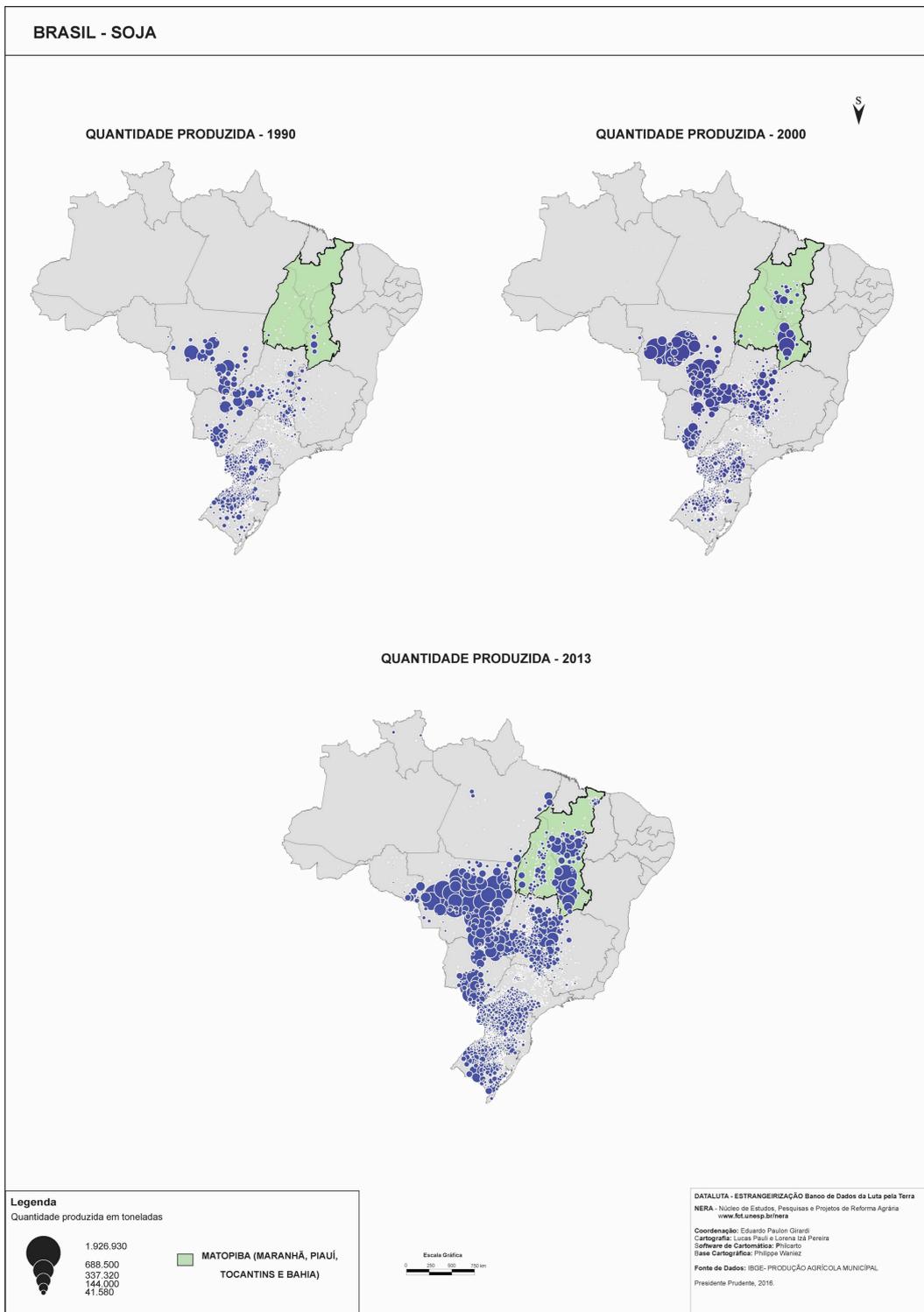


Através da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, foi criada a região do MATOPIBA, com área de 73.173.485 hectares e envolve os territórios de 337 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Este ato foi uma articulação composta pelo governo Fernando Henrique Cardoso, organizações representativas das corporações e partidos políticos que definiram uma área entre as regiões Nordeste e Norte para promoverem a expansão do agronegócio. Esta estratégia não foi usada para fazer a reforma agrária, que somente aconteceu por causa da luta pela terra. Embora as ocupações de terras tenham pressionado os governos neoliberais e pós-neoliberais para fazerem a reforma agrária, estas lutas não conseguiram criar uma correlação de forças suficiente para implementá-la como uma política estratégica para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Isso demonstra que somente o agronegócio é a política estratégica para os governos neoliberais e pós-neoliberais, que enviaram vários ministros ao exterior para expor as facilidades de acesso à terra no Brasil, especialmente no MATOPIBA. Este é um exemplo da rede complexa formada pelo agronegócio que envolve governos corporativos. No mapa 2, apresentamos o processo de territorialização da soja no Brasil com destaque para a região do MATOPIBA nos anos 1990 a 2013 que representa as fases neoliberal e pós-neoliberal. O processo de expansão acontece nas duas

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

fases com apoio dos governos que promoveram uma ampla reforma fundiária abrindo a porteira para o capital internacional, confirmando a hegemonia do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

**Mapa 2 – Territorialização da soja no Brasil
com destaque para a região do MATOPIBA – 1990-2013**



Políticas públicas

Políticas públicas para o campesinato é uma criação recente, do final do século XX. Os latifundiários sempre dominaram as políticas para o desenvolvimento da agricultura desde a criação do Ministério da Agricultura, em 1860, antes da libertação dos escravos que aconteceu em 1888. Os escravos libertos, os nativos e os migrantes da Europa e da Ásia são sujeitos históricos que compuseram a formação do campesinato brasileiro, que lutaram e trabalharam por mais de um século sem acesso a uma política voltada à agricultura camponesa. Somente em 1986, foi criada a primeira política pública de apoio para a agricultura camponesa, denominado de Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, resultado da luta pela terra e pelo território. O PROCERA era uma política exclusiva para os camponeses dos assentamentos de reforma agrária, que representam uma parcela dos camponeses brasileiros. Embora fosse um avanço, por ser a primeira política que diferenciava os camponeses dos capitalistas, não atendia a todo o campesinato. O PROCERA fomentou a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, em 1994, que foi o precursor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado em 1996 e que deveria ser uma política para o campesinato em geral, todavia, nunca atendeu a este objetivo.

A criação de políticas públicas para o campesinato que aconteceram na primeira fase neoliberal (1985-2003) analisada pelo debate paradigmático mostra a zona de sobreposição entre os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária na figura 1. Observe que a tendência da agricultura familiar no paradigma do capitalismo agrário tem parte sobreposta à tendência da agricultura camponesa no paradigma da questão agrária. As diferenças e semelhanças estão na direção das políticas públicas, que podem ser usadas para subordinar ou para emancipar o campesinato. A tendência paradigmática da agricultura familiar é de elaborar políticas que subordinem o campesinato ao agronegócio. A tendência paradigmática da agricultura camponesa é de criar políticas que emancipem o campesinato diminuindo esta dependência. São direcionalidades resultantes de intencionalidades. O que significa dizer que as políticas públicas criadas na fase neoliberal podem ser disputadas com a intenção de tentar mudar seu sentido, ou seja diminuir o grau de dependência ao capitalismo e ao pensamento neoliberal. Um exemplo desta disputa é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

O PRONERA foi criado em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso e também se tornou referência para a criação de novas políticas educacionais para a agricultura familiar e para o desenvolvimento dos territórios camponeses. Na fase pós-neoliberal foram criadas novas políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR que estão entre as políticas emancipatórias do governo Lula, e o Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária – TERRA FORTE criado no governo Dilma Rousseff. Políticas de crédito, educação, produção, moradia, mercado e indústria para os territórios camponeses são condições básicas para o desenvolvimento de um modelo alternativo. A luta contra o modelo hegemônico tem acontecido na fase neoliberal e na fase pós-neoliberal, constituindo-se em marcas territoriais de resistência e emancipação. Ocupar a terra e desenvolver um modelo alternativo por meio da agroecologia, produzindo alimentos saudáveis tem sido o caminho da inovação camponesa em

que o empreendedorismo tem o sentido da luta contra o capital, mantendo a natureza do campesinato de ser ele mesmo.

CONCLUSÕES

Com o golpe neoliberal iniciou um conjunto de medidas nefastas pelo governo golpista nos diversos setores que compõem a sociedade brasileira, desde áreas como a educação e a saúde até a previdência social, o que reflete num processo intenso de ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história do país. O Brasil agrário também não está distante desses ataques.

O campo brasileiro continua sendo marcado pela concentração fundiária, reflexo do desigual processo de acesso à terra que favorece uma pequena parcela da sociedade brasileira. Somado à estrutura fundiária concentrada observa-se uma redução no número de assentamentos rurais que são criados a cada ano no Brasil, os quais se constituem enquanto territórios de produção da vida e de alimentos para o povo brasileiro. Este processo, sem dúvidas, contribui para a estagnação da reforma agrária no Brasil e busca frear a luta pela terra promovida pelos povos do campo.

No plano institucional também aparecem medidas decisivas que prestam desserviços à classe trabalhadora e, mais precisamente, aos povos do campo brasileiro. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA deixa clara a postura elitista representada pelo atual governo golpista, visto que o MDA se caracterizava pela promoção de políticas públicas voltadas aos camponeses e aos movimentos socioterritoriais, o que contribuía para a tentativa da diminuição das desigualdades sociais expressas nos espaços rurais deste país. A extinção do MDA reforça o posicionamento do governo golpista na escolha de qual modelo de produção de alimentos deve ser priorizado para o deslocamento de políticas públicas no Brasil: o agronegócio.

Além da extinção do MDA, passam a surgir editais municipais voltados ao cadastro, via internet, de famílias que desejam adquirir terras para nelas trabalharem. Esta medida está relacionada à compra e venda de terras sem que haja um processo de reivindicação de movimentos socioterritoriais populares organizados, que passam a não mais questionar a função social da terra (prevista na Constituição Federal de 1988) de grandes grileiros e latifundiários e estimulam o arrefecimento da luta pela terra no Brasil.

Entre as medidas do governo golpista que estão relacionadas ao campo brasileiro também estão presentes ações que afetam a sociedade brasileira como um todo, bem como o espaço agrário deste país, em última instância, a exemplo do Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 55, mais conhecido como a PEC do teto. A PEC 55 prevê a retirada de direitos sociais em áreas como educação, saúde, previdência social etc. com o objetivo de recolocá-los como serviços para atender ao setor privado e para favorecer o processo de mercantilização dos serviços públicos que devem ser oferecidos pelo Estado.

As medidas adotadas pelo governo golpista aumentam ainda mais a desigualdade social com ataques aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Em contra partida aumenta a resistência dos movimentos populares criando um novo cenário político para esta segunda fase dos governos neoliberais.